



**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO Nº 010/2016 - PMP
PROCESSO Nº 102/2016;
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO
ADJUDICAÇÃO: POR ITEM**

O MUNICÍPIO DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, inscrita no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, torna público que REGISTRO DE PREÇOS na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço, adjudicação por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 4.054, de 03 de fevereiro 2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e respectivos anexos devem ser entregues nos seguintes local, data e horário:

Local, dia e hora para início do credenciamento e da abertura dos envelopes:

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI- Rua Juiz Emilio Carmo- 71- Centro- Paracambi- RJ

DATA: 08 de abril de 2016

HORA: 13:00 HORAS

1- DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços de materiais de limpeza, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o Município poderá não contratar o objeto deste Pregão.
- 1.2. O Município também não estará obrigado a adquirir a quantidade total estimada, podendo a aquisição ser integral, parcial ou mesmo não ocorrer na forma prevista no subitem anterior.
- 1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. – DO ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O órgão gerenciador será o Departamento de Compras, através da Sec. de Administração.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:



2.2.1. Secretaria Municipal de Educação e Esportes;

2.3. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública do Município que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 1.959/2009.

2.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, a cem por cento do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1- Poderão participar desta licitação as empresas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e as que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos.

3.2- Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, as empresas estrangeiras que não funcionem no País, as empresas suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento, as declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública no prazo que perdurar tal punição, as que se enquadrarem nas hipóteses do art. 9º da Lei 8.666/93, do art. 72, §8º, inc. V da Lei 9.605/98, bem como as punidas na forma da Lei 12.846/2013.

3.2-1. Para fins de interpretação do disposto no inc. III, do art. 9º, da Lei 8.666/93, possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, agente político, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Município de Paracambi, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo,



até o segundo grau, ou por adoção, que tenham tido vínculo há menos de seis meses anteriores à data da publicação deste Edital.

- 3.3- É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

4- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS.

4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas enquadradas na forma do art. 34 da Lei 11.488/2007, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 7.2.2 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito ao registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas mais bem classificadas poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.4.2. Não ocorrendo o registro de preços de microempresa, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, na forma do subitem 4.4.1., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



4.4.4. Na hipótese do não registro de preços nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.4.5. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.4.6. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que é microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, em conformidade com o modelo anexo ao Edital.

5- DO CREDENCIAMENTO

5.1 - No início da sessão pública de realização do pregão, o representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pelo licitante, devendo ainda identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2 - O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante.

5.2.1 - No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.

5.2.2 - No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3 - A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

5.3.1 - A microempresa, empresa de pequeno porte e a sociedade cooperativa que apresentar restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá apresentar declaração, assumindo o compromisso de promover sua regularização, caso formule o lance vencedor.

5.4 - As declarações ou certidões de que tratam as cláusulas do item “credenciamento” deverão ser apresentadas FORA DE QUALQUER ENVELOPE, juntamente com os documentos exigidos para credenciamento.



6- DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1- A Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima determinados, em 02 (dois) envelopes devidamente fechados e rubricados no fecho, atendendo fielmente aos seguintes requisitos:

a) **Envelope A: Proposta de Preço.**

b) **Envelope B: Documento de Habilitação**, composto pelos documentos relacionados no item 7 deste Edital.

6.2- Os envelopes deverão conter, em sua parte externa, os dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
PREGÃO Nº 010/2016 - PMP
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
Envelope A – Proposta de Preço
Envelope B – Documentação de Habilitação**

6.3- As Propostas de Preços deverão ser preparadas e entregues em envelopes, em 01 (uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datilografadas ou impressas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal, de acordo com os modelos constantes dos Anexos, observando-se ainda o seguinte:

6.3.1- conter cotação em moeda corrente nacional (R\$), expressa em algarismo e por extenso e indicação da especificação do objeto licitado, com preço unitário e global;

6.3.2- conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais um resultado;

6.3.3- conter compromisso de entrega dos produtos na forma e prazo estabelecido no Edital e seus anexos, bem como compromisso de troca de produtos viciados durante o período de vigência de sua garantia;

6.3.4 - ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o prazo de 60 dias.

6.4 - A Proposta de Preço deverá ainda conter o nome ou razão social do proponente, o endereço completo, os números de telefone e fax e o endereço eletrônico, (se houver).

6.5 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.6 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7- DA HABILITAÇÃO



- 7.1- A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no item 6.2 deste Edital.
- 7.2- O proponente deverá apresentar os seguintes Documentos de Habilitação da presente licitação:
- a) Declaração que não possui menores de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos;
 - b) Declaração de Fatos Supervenientes;

7.2.1- Habilitação Jurídica:

- c) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- h) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

7.2.2- Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal abrangendo a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com a devida PG5- Certidão da Procuradoria Geral da Dívida Ativa do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Prova de Regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.2.3- Qualificação Técnica:

7.2.3.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, através da apresentação de atestados de desempenho anterior no mínimo de 02 (dois), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. Os atestados deverão conter:

- a) nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax, email);
- b) local e data de emissão;
- c) nome, cargo, telefone, fax, email e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

7.2.4- Qualificação Econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado da **CHP- Certificado de Habilitação Profissional**, já exigíveis e apresentados na forma de lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta.
- b) Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

$ILG \geq 1,0$ obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG = índice de liquidez geral

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

RLP = realizável a longo prazo

ELP = exigível a longo prazo



- c) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, com data não excedente a 60(sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Proposta de Preço;
- d) Certidão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

7.2.4.1 – No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica.

- 7.3- Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.
- 7.4- Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

8- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO

- 8.1- A reunião para recebimento dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os documentos de Habilitação, bem como a abertura dos envelopes da Proposta de Preço, será pública, dirigida por um Pregoeiro em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário determinados.
- 8.2- No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para a formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do inciso VI do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, e, para a prática dos demais atos do certame, conforme item 4 deste Edital, e também os licitantes deverão apresentar declaração de inexistência de fato impeditivo para sua habilitação, conforme inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/2002.
- 8.3- Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 8.4- Em seguida, serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 8.5 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.5.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de



contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6 - Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens de participação exclusiva para ME/EPP/COOP, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), ou apurar informações junto ao Setor de Contabilidade da Administração Municipal, para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

8.6.1 - Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

9- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

9.1- A presente licitação é do tipo **menor preço por item** sendo que o julgamento das propostas será realizado em conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que ofertar o menor preço por item.

9.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preço, sendo feita sua conferência e posterior rubrica pelo Pregoeiro, equipe de apoio e demais presentes à sessão pública.

9.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos.

9.4- Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser efetivado sem quaisquer ônus adicionais.

9.5- Serão desclassificadas as Propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, as que apresentarem preços superiores ao estimado pela Administração ou valores irrisórios e inexecutáveis, bem como as omissas ou as que apresentarem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento.

9.6- Será proclamado pelo Pregoeiro o proponente que ofertar a Proposta de **menor preço por item**, para o objeto definido neste Edital e seus anexos, bem como os proponentes cujas propostas apresentem preços até 10% (dez por cento) superiores àquele ou, ainda, as 03(três) melhores ofertas, conforme o disposto no inciso IX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, observando-se o disposto no item 04 deste edital.

9.7- Aos proponentes proclamados, conforme item 9.6, retro, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

9.8- Encerrada a etapa competitiva do Pregão, as ofertas para o objeto definido neste Edital e seus anexos serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço.



9.9- O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

9.9.1 - O Pregoeiro poderá solicitar do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar a apresentação de amostra dos itens licitados, que deverá ser apresentada no prazo de 02 dias, a contar da data da solicitação, no local designado para a sessão pública, para conferência do produto com as especificações solicitadas no Termo de Referência;

9.9.2 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceitável(eis), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.10- Sendo aceitável a oferta, serão verificadas as condições habilitatórias do proponente que tiver apresentado a melhor proposta, com base na documentação de habilitação apresentada em conformidade com o item 07 deste edital.

9.11- Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.

9.12- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às condições habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável cumulada com o atendimento das condições habilitatórias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.

9.13- Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes no item 11 deste Edital.

9.14- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes da equipe de apoio e pelos representantes dos proponentes presentes.

9.15- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a Proposta será desclassificada.

9.16- O objeto da licitação será registrado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pelo Prefeito, após a regular decisão dos recursos apresentados.

9.17- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, o Prefeito homologará o procedimento licitatório.

10- DOS RECURSOS

10.1- Declarado o vencedor, fracassado ou deserto o item qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata.

10.2- - O pregoeiro negará admissibilidade ao recurso quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.



- 10.2-1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer dos licitantes importará decadência do direito de recurso.
- 10.2-2. Admitido o recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de suas razões.
- 10.2-3. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 10.2-4. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso na sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 10.3- A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto ao Setor de Protocolo Geral, situado na Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi, no horário de 09h (nove horas) às 17h (dezesete horas), observados os prazos previstos no Edital.
- 10.4- Os recursos e contrarrazões de recurso devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:
- 10.4-1. motivadamente, reconsiderar a decisão;
- 10.4-2. motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para o Prefeito.
- 10.5- Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos.
- 10.6- Os recursos terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão.
- 10.7- Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.
- 10.8- As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 10.9- Na ausência de manifestação de intenção de interposição de recursos ou após decisão dos mesmos, o Pregoeiro devolverá os envelopes de "HABILITAÇÃO" inviolados aos licitantes desclassificados podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 - A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

- 11.1.1 - advertência por escrito;



- 11.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:
- 11.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - 11.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- 11.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;
- 11.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 11.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
- 11.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
 - 11.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
 - 11.2.3 - paralisação do fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;
 - 11.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - 11.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - 11.2.6 - fornecimento de produtos de baixa qualidade;
- 11.3 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 11.1.
- 11.4 - A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.
- 11.5 - As sanções relacionadas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:
- 11.5.1 - deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
 - 11.5.2 - apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 11.5.3 - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - 11.5.4 - não manter a proposta;
 - 11.5.5 - falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;



- 11.5.6 - comportar-se de modo inidôneo;
- 11.5.7 - cometer fraude fiscal.
- 11.6 - A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- 11.7 - As sanções relacionadas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.

12- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes destas aquisições correrão no exercício de 2016, à conta da dotação orçamentária da Unidade Administrativa conforme descrito abaixo:

Secretaria Municipal de Educação e Esporte, dotação cod. Reduzido 317 e 1115;

13- DO VALOR

- 13.1- O valor global para o presente objeto foi estimado em R\$427.932,00 (Quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e trinta e dois reais).
- 13.2 – Os valores unitários máximos que esta Administração se propõe a pagar por cada item constam na referência do Anexo I do presente Edital.
- 13.3 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

14- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1- O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal;
- 14.2- O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da regularidade fiscal (INSS/FGTS), quando for o caso;
- 14.3- Retenções fiscais poderão ser feitas, quando for o caso, respeitando-se valores devidos em observações às legislações pertinentes.
- 14.4- O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.
- 14.5- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a



comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 14.6- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.6-1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 14.7- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

15- DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 15.1 Requisitar o fornecimento do material, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;
- 15.2 Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- 15.3 Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- 15.4 Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual;
- 15.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- 15.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(s) Licitante(s) Registrado(s), de acordo com o presente edital, as cláusulas da ata de registro de preços e do contrato e os termos de sua proposta;
- 15.7 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 15.8 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do fornecimento de produtos, fixando prazo para a sua correção;



15.9 Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.10 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

15.6- Será considerada recusa formal:

- a) O não fornecimento dos produtos contratados.
- b) O fornecimento dos produtos contratados em desacordo com as cláusulas do Contrato, das condições deste Edital e seus anexos, e da proposta de preços.

15.7 O prazo de convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços e dos Contratos ou instrumentos equivalentes poderá ser prorrogado, uma vez por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

15.8 O recebimento da notificação dentro do prazo de validade da proposta implicará, necessariamente, na prorrogação deste prazo e, em consequência disso, não terá valor a recusa do licitante, ao cumprimento do dever de contratar, baseada em alegação de decurso de prazo de validade de sua proposta.

15.9 A proposta cujo prazo de validade estiver esgotado será considerada prorrogada por 30 (trinta) dias corridos, se o proponente, consultado a respeito, se pronunciar formalmente dentro de 03(três) dias úteis.

15.10 É facultado à Administração do Município, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços, os Contratos ou instrumentos equivalentes no prazo e condições estabelecidos, convocar os demais licitantes remanescentes, na ordem classificatória de registro para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

15.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata do Registro de Preços, os Contratos ou instrumentos equivalentes, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

15.12 O Município de Paracambi reserva o direito de rescindir o ajuste, sem que caiba a licitante adjudicatária o direito de indenização de qualquer espécie, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a empresa:

- a) Não cumprir as obrigações estipuladas neste Edital.
- b) Falir ou dissolver sociedade.
- c) Transferir os seus encargos a terceiros no todo ou em parte sem prévia anuência do Contratante.
- d) Deixar de efetuar o recolhimento no prazo de 05(cinco) dias úteis das multas que lhe venham a ser impostas.

16- DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE VENCEDOR.

16.1 Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;



- 16.2 Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;
- 16.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento;
- 16.4 Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência;
- 16.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 16.6 Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Paracambi ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do objeto e na prestação da garantia;
- 16.7 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Almoxarifado Central;
- 16.8 Arcar com todas as despesas de transporte necessárias para o atendimento do objeto;
- 16.9 Executar o fornecimento conforme especificações deste Edital e seus anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 16.3 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos produtos a serem fornecidos, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 16.4 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 16.5 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para o fornecimento;
- 16.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 16.7 Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 16.8 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas ao fornecimento, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 16.9 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 16.10 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 16.11 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento;



16.12 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.13 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.16 Não subcontratar o objeto;

16.17 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

17.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário e os licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua(s) convocação(ões), para assinar(em) a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair(em) do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2 Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor e dos licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, observada a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5 Firmado o registro de preços, o proponente registrado terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação, para retirar a Nota de Empenho e assinar o instrumento contratual.



- 17.6 Caso transcorra o prazo citado acima sem que o contrato tenha sido assinado, a sessão será retomada e os demais proponentes chamados na ordem de classificação, na forma do item 15.10.
- 17.7 Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.
- 17.8 Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Edital e do contrato assinado.
- 17.9 Integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na ata de registro de preços, bem como os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste certame licitatório, além da Proposta Comercial a ser praticada por ele.

18- DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

- 18.1- Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
- a) provisoriamente, na forma prevista na alínea “a” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
 - b) definitivamente, na forma prevista na alínea “b” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
- 18.2- O Contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 18.3- O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 19.1- O Presente Edital e seus anexos, bem como a Proposta Comercial do proponente vencedor farão parte integrante do Processo nº 102/2016.
- 19.2- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 19.3- Fica assegurado à contratante o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 19.4- No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 19.5- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.6- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.11- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 19.12- Após a apresentação da Proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 19.13- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro em contrário.
- 19.14- Acompanham este Edital os seguintes anexos:
- Anexo I - Termo de referência e valores estimados e modelo de proposta de preços
Anexo II - Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes
Anexo III - Modelo de Declaração Trabalhista
Anexo IV - Modelo de Minuta do Contrato.
Anexo V – Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
Anexo VI – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.
Anexo VII – Modelo de Minuta da Ata de Registro de Preços
- 19.15- Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro Marcos Antonio Ferreira da Silva, no telefone 021- 2683-9103.
- 19.16- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.17- Aplicar-se-á a presente relação contratual, no que couber, as normas da Lei 8.078/90.
- 19.18- O foro da Cidade de Paracambi, será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer dúvidas à presente licitação, com exclusão de qualquer outro.

Paracambi, 17 de março de 2016.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



Marcos Antonio Ferreira da Silva
Pregoeiro Municipal



ANEXO I

PREGÃO Nº 010/2016 - PMP

TERMO DE REFERÊNCIA E VALORES ESTIMADOS

Processo Administrativo nº 102/2016.

O presente documento foi elaborado em conformidade com estabelecido no parágrafo 3º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, e com o Decreto Municipal nº 4.054, de 03 de Fevereiro de 2015, que regulamenta, no âmbito do Município de Paracambi/RJ, o Sistema de Registro de Preço (SRP), contendo os elementos capazes de propiciar uma avaliação clara, concisa e objetiva, pela administração pública, do custo e pertinência da contratação.

Este Termo de Referência visa ainda esclarecer aos participantes da licitação quanto aos seus direitos e obrigações, identificando os tipos de serviços a executar e estabelecendo as diretrizes gerais para sua execução, definindo critérios de execução, materiais e equipamentos a incorporar aos serviços, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento.

Todas as exigências da Contratante contidas neste Termo de Referência serão consideradas como de conhecimento dos participantes da licitação, fixando as normas a serem observadas e definindo as especificações técnicas que orientarão o desenvolvimento dos serviços.

A contratada (pessoa jurídica ou pessoa física) deverá fazer um reconhecimento prévio dos locais de entrega, não se admitindo reclamações posteriores sobre dificuldades encontradas na execução das entregas dos bens materiais aqui referenciados.

1. OBJETO:

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão as eventuais aquisições futuras de materiais de limpeza, descritos, caracterizados e quantificados neste documento, a serem entregues no Almoxarifado da Secretaria de educação e Esportes;

1.2 As aquisições dos materiais descritos no objeto serão realizadas mediante SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), do tipo menor preço, em conformidade com estabelecido no artigo 3º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e observadas às regulamentações do Decreto Municipal Nº 4.054, de 03 de fevereiro de 2015.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 Trata-se da aquisição de material com o fim de manter todas as unidades da Secretaria de Educação e Esportes salubres e em perfeitas condições de higiene e limpeza para alocar servidores e alunos.

3. DA QUANTIDADE E VALOR ESTIMADO:

Nº	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Referência
1	282194	álcool 01 litro	Litro(s)	2000,0000	7,30
2	282197	balde de 20 litros	Unidade	100,0000	10,00
3	282199	balde de 5 litros	Unidade	100,0000	4,50
4	282201	espanador	Unidade	30,0000	20,00



5	256397	Esponjas de aço com 04 unidades - 1ª qualidade	Pacote	3000,0000	2,90
6	282243	esponjas de dupla face (99x69x19mm) - 1ª qualidade	Unidade	3000,0000	0,98
7	282246	Flanelas 25x40	Unidade	1000,0000	1,50
8	282249	fósforo pequeno pacote c/ 10 caixas	Caixa	600,0000	3,50
9	282264	frasco de cera incolor (5 litros)	Unidade	3000,0000	19,90
10	282255	Frasco de cloro 5 litros	Unidade	3000,0000	12,30
11	282257	frasco de desinfetante de 5 litros a base de óleo de pinho	Unidade	3000,0000	12,50
12	282262	frasco de detergente de 5 litros	Unidade	3000,0000	18,90
13	288503	frasco de óleo de peroba (200ml)	Unidade	100,0000	7,30
14	282266	Frascos de cera para ardósia (5 litros)	Unidade	2000,0000	19,90
15	282270	frascos de lustra móveis (200 ml)	Unidade	800,0000	3,50
16	282273	Inseticida de 500 ml spray	Unidade	400,0000	11,80
17	274678	Lixeira de banheiro	Unidade	150,0000	25,00
18	282284	lixeira grande com tampa	Unidade	200,0000	73,80
19	282285	pá de lixo	Unidade	200,0000	40,00
20	282291	rodo grande com cabo	Unidade	100,0000	9,80
21	282295	rodo pequeno com cabo	Unidade	200,0000	7,80
22	282300	rolos de papel higiênico com a folha branca, picotado, macio e absorvente (30 mts) - 1ª qualidade	Unidade	30000,0000	0,87
23	256596	Sabão em pedra com 5und	Unidade	1000,0000	6,30
24	282309	sabão em pó (1kg)	Caixa	2000,0000	6,50
25	282312	sabonetes	Unidade	500,0000	2,50
26	282315	sacos alvejados	Unidade	2500,0000	4,50
27	282318	sacos plásticos para lixo de 100 litros com 100 unidades	Pacote	1000,0000	41,00
28	282322	sapólio em pó 300 grs com 36 frascos	Caixa	100,0000	166,00
29	282324	vassoura banheiro	Unidade	60,0000	4,20
30	282329	vassoura de pelo pequena	Unidade	100,0000	15,90



31	282332	vassoura de piaçava	Unidade	1000,0000	9,90
32	282334	vassoura de vasculhar teto	Unidade	50,0000	18,00

3.1 O valor máximo estimado para o(s) serviço(s) de fornecimento(s), conforme objeto, estima(m)-se em R\$427.932,00

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS:

4.1 Havendo necessidade de material cujo preço foi registrado, o ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, fará a solicitação, mediante Requisição de Fornecimento, indicando sua descrição, quantidade, marca e preço registrado;

4.2 A fiscalização ficará a cargo de comissão formada pela Superintendência Administrativa na sede da Secretaria, mediante termo circunstanciado;

4.3 A empresa fornecedora deverá entregar o material, no horário de 08h00min as 17h00min, de segunda à sexta-feira, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, nos locais pré-indicados pelo ALMOXARIFADO no ato da solicitação;

4.4 Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao ALMOXARIFADO a solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega;

4.5 Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega;

4.6 O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

4.9 Atendidas às condições indicadas acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

4.10. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

4.11. O recebimento definitivo deverá ser efetuado, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

4.12. Não sendo atendidas as condições para recebimento, a equipe de fiscalização, solicitará à empresa contratada a troca do produto, no prazo máximo de 01 (um) dia útil.

4.13. Reserva-se a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI/RJ o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

5 DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA:



5.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em no mínimo 2 (duas) vias e conter a indicação do material, conforme a discriminação da Nota de Empenho, marca/modelo, quantidade, e os preços unitário e total;

5.2 Para fins de atendimento a IN/SRF 480, de 15/12/2004, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

6 DO PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal;

6.2 O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da regularidade fiscal (INSS/FGTS), quando for o caso;

6.3 Retenções fiscais poderão ser feitas, quando for o caso, respeitando-se valores devidos em observações às legislações pertinentes.

7 DOS DIREITOS E DEVERES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI/RJ:

7.1 Requisitar o fornecimento do material, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;

7.2 Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;

7.3 Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação;

7.4 Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual;

7.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

8 DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1 Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;

8.2 Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;

8.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento;

8.4 Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência;

8.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.6 Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Paracambi ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do objeto e na prestação da garantia;

8.7 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Almoxarifado Central;

8.8 Arcar com todas as despesas de transporte necessárias para o atendimento do objeto;

9 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes destas aquisições correrão no exercício de 2016, à conta da dotação orçamentária da Unidade Administrativa conforme descrito abaixo:



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação



1. Secretaria Municipal de Educação e Esporte, dotação cod. Reduzido 317 e 1115;

10 PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

O Registro de Preço terá vigência de 12 (doze) meses, não podendo ser renovado.



PREGÃO Nº 010/2016 - PMP

MODELO DAS PROPOSTA-DETALHE/PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de materiais de limpeza, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Tipo Cotação: Por Item

Prefeitura Municipal de Paracambi

..... inscrita no
CNPJ nº, sediado no endereço
....., telefone (XX) XXXX-XXXX
com o e-mail..... por intermédio de seu representante
legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº, apresenta a seguinte
proposta com validade de, a ser feito o pagamento, em caso de
contratação, no Banco, agência e número de conta corrente
....., para participação no Pregão n.º XXX/2016.

Nº	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Unitário	Total	Marca oferecida
1	282194	álcool 01 litro	Litro(s)	2000,0000			
2	282197	balde de 20 litros	Unidade	100,0000			
3	282199	balde de 5 litros	Unidade	100,0000			
4	282201	espanador	Unidade	30,0000			
5	256397	Esponjas de aço com 04 unidades - 1ª qualidade	Pacote	3000,0000			
6	282243	esponjas de dupla face (99x69x19mm) - 1ª qualidade	Unidade	3000,0000			
7	282246	Flanelas 25x40	Unidade	1000,0000			
8	282249	fósforo pequeno pacote c/ 10 caixas	Caixa	600,0000			
9	282264	frasco de cera incolor (5 litros)	Unidade	3000,0000			
10	282255	Frasco de cloro 5 litros	Unidade	3000,0000			
11	282257	frasco de desinfetante de 5 litros a base de óleo de pinho	Unidade	3000,0000			
12	282262	frasco de detergente de 5 litros	Unidade	3000,0000			
13	288503	frasco de óleo de peroba (200ml)	Unidade	100,0000			
14	282266	Frascos de cera para ardósia (5 litros)	Unidade	2000,0000			
15	282270	frascos de lustra móveis (200 ml)	Unidade	800,0000			
16	282273	Inseticida de 500 ml spray	Unidade	400,0000			



17	274678	Lixeira de banheiro	Unidade	150,0000			
18	282284	lixeira grande com tampa	Unidade	200,0000			
19	282285	pá de lixo	Unidade	200,0000			
20	282291	rodo grande com cabo	Unidade	100,0000			
21	282295	rodo pequeno com cabo	Unidade	200,0000			
22	282300	rolos de papel higiênico com a folha branca, picotado, macio e absorvente (30 mts) - 1ª qualidade	Unidade	30000,0000			
23	256596	Sabão em pedra com 5und	Unidade	1000,0000			
24	282309	sabão em pó (1kg)	Caixa	2000,0000			
25	282312	sabonetes	Unidade	500,0000			
26	282315	sacos alvejados	Unidade	2500,0000			
27	282318	sacos plásticos para lixo de 100 litros com 100 unidades	Pacote	1000,0000			
28	282322	sapólio em pó 300 grs com 36 frascos	Caixa	100,0000			
29	282324	vassoura banheiro	Unidade	60,0000			
30	282329	vassoura de pelo pequena	Unidade	100,0000			
31	282332	vassoura de piaçava	Unidade	1000,0000			
32	282334	vassoura de vasculhar teto	Unidade	50,0000			

Inserir:

- compromisso de entrega dos produtos na forma e prazo estabelecido no Edital e seus anexos, bem como compromisso de troca de produtos viciados durante o período de vigência de sua garantia;
- ter validade por todo o período de vigência do registro de preços. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o período de vigência do registro de preços.



ANEXO II

Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data *inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.*

(a) _____
nome e número da identidade do declarante



ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART 27 DA LEI 8.666/93

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

- () não emprega menor de dezesseis anos.
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, em _____ de _____ 2016

Representante legal da empresa



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO Nº
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Contratante: Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.204.221/0001-93, sediada à Rua xxxxxxx, Bairro xxx, Cidade xxxxx, CEP xxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº xxxx – órgão expedidos, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado à Rua xxxxxx.

Nos termos da proposta do REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2016, estabelecemos Contrato de Fornecimento de para atender a necessidade da(nome do órgão), conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. xxx/16, devidamente homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal em xx/xx/16, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de limpeza, conforme especificações e quantitativos estabelecidos na requisição de compra com base na Ata de Registro de Preços nº, cujo teor integra este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR
1				
2				
3				
...				



Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal;

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $(6/100)$

I = 0,00016438

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



2.9 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2016, no programa de trabalho:

.....despesa....., conforme nota de empenho nº xxx/2016.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de, contados do

Nota Explicativa: Deve guardar conformidade com o Edital.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº./2016;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento de produtos executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.5 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº./2016;

4.2.6 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;



4.2.7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.8- Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;



6.2.3 - paralisação do fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 – produtos fornecidos de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;

IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.8.3 - Indenizações e multas.

6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.0 - DOS CASOS OMISSOS.

7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos



administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, de de 2016.

Tarciso Gonçalves Pessoa
Prefeito Municipal de Paracambi

...../CONTRATADA

.....

Diretor

Testemunhas:

.....

Nome:

CPF

.....



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU COOP

Paracambi, de de 2016

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua Juiz Emílio Carmo- 71- Paracambi- Centro

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal (o) Sr _____, portador da Carteira de Identidade n ° _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME – EPP - COOP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Assinatura do representante legal



ANEXO VI

Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

DECLARAÇÃO

Nós, da empresa, _____, CNPJ _____, inscrição estadual nº _____, sediada à rua _____, afirmamos de que estamos cientes de todos os termos do edital PREG _____, PROC. _____, da Prefeitura Municipal de Paracambi, e ainda, que cumprimos a todas exigências contidas no mesmo.

_____, de _____ de _____.

representante legal da empresa

Ident:

CPF:



Anexo VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICÍPIO DE PARACAMBI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2016, publicada no de/...../2016, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 4.054, de 03 de fevereiro de 2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de limpeza, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. CADASTRO DE RESERVA

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant.	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant.	Valor Un	Prazo garantia ou validade



4. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Nota Explicativa: Suprimir o item quando inexisterem outros fornecedores classificados registrados na ata.

6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.6.2. recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;



6.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s); ou

6.6.5. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.8.1. por razão de interesse público; ou

6.8.2. a pedido do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Paracambi, de de 2016.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)